
O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE DA QUALIDADE DA LAGOA INTERLAGOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG

THE PUBLIC OPEN SPACE IN THE CONTEMPORARY CITY: ANALYSIS OF THE QUALITY OF THE INTERLAGOS LAGOON IN THE CITY OF MONTES CLAROS - MG.

EL ESPACIO PÚBLICO ABIERTO EN LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA: ANÁLISIS DE LA CALIDAD DE LA LAGUNA DE INTERLAGOS EN LA CIUDAD DE MONTES CLAROS – MG

Carlos Alexandre de Bortolo¹ <https://orcid.org/0000-0003-4304-8824>

Christiana de Castro Nogueira Alcântara² <https://orcid.org/0000-0002-9539-1176>

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pró-reitor adjunto da Pós-Graduação da Unimontes e Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unimontes, E-mail: carlos.bortolo@unimontes.br

² Arquiteta e Urbanista e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-Universidade Estadual de Montes Claros. Docente do curso de Arquitetura de Urbanismo da UNIFIPMOC. E-mail: christiana.fipmoc@gmail.com

RESUMO

Os espaços livres públicos são, por excelência, lugar de práticas sociais que conferem vida às cidades. Sob influência da modernidade, as propostas de planejamento urbano voltaram-se para práticas racionalistas que se esqueceram da escala humana em detrimento dos automóveis e das relações econômicas. Essa é uma questão que se coloca a favor de espaços livres públicos mais humanizados e condizentes com a realidade de seus usuários. Para tanto, devem possuir condições estruturais de modo que as pessoas possam desfrutar dos benefícios que eles têm a oferecer. O objetivo deste estudo foi analisar a qualidade do espaço livre público na cidade de Montes Claros – MG, tendo como objeto de estudo a lagoa Interlagos. A lagoa foi analisada sob os indicadores de acessibilidade/mobilidade, proteção, conforto, apazibilabilidade e diversidade de usos. Os resultados demonstram que a falta de políticas públicas efetivas para o local resulta na má qualidade do espaço, não atendendo às necessidades de seus usuários. Conclui-se que o espaço público livre público é vital para a constituição urbana e a vida das cidades contemporâneas.

Palavras-chave: Cidade. Espaço livre público. Qualidade e Lagoa Interlagos.



ABSTRACT

Public open spaces are, par excellence, the place of social practices that bring cities to life. Under the influence of modernity, urban planning proposals turned to rationalist practices that forgot the human scale to the detriment of automobiles and economic relations. This is a question that arises in favor of public spaces that are more humanized and consistent with the reality of their users. Therefore, they must have structural conditions so that people can enjoy the benefits they have to offer. In this sense, this article aims to analyze the quality of public free space in the city of Montes Claros - MG, with the Interlagos lagoon as the object of study. The lagoon was analyzed under the indicators of accessibility / mobility, protection, comfort, pleasantness and diversity of uses. The results demonstrate that the lack of effective public policies for the location results in poor quality of the space, not meeting the needs of its users. It is concluded that the public free public space is vital for the urban constitution and the life of contemporary cities.

Keywords: City. Free public space. Quality and Lagoa Interlagos.

RESUMEN

Los espacios públicos abiertos son, por excelencia, el lugar de las prácticas sociales que dan vida a las ciudades. Bajo la influencia de la modernidad, las propuestas urbanísticas han recurrido a prácticas racionalistas que han olvidado la escala humana en detrimento del automóvil y de las relaciones económicas. Es una cuestión que se plantea a favor de unos espacios públicos abiertos más humanizados y coherentes con la realidad de sus usuarios. Por lo tanto, deben tener condiciones estructurales para que la gente pueda disfrutar de los beneficios que ofrecen. El objetivo de este estudio fue analizar la calidad del espacio público abierto en la ciudad de Montes Claros - MG, teniendo como objeto de estudio la laguna de Interlagos. La laguna se ha analizado bajo los indicadores de accesibilidad/movilidad, protección, comodidad, agradabilidad y diversidad de usos. Los resultados demuestran que la falta de políticas públicas eficaces para el lugar del lugar a una mala calidad del espacio, que no satisface las necesidades de sus usuarios. Se concluye que el espacio público libre es vital para la constitución urbana y la vida de las ciudades contemporáneas.

Palabras clave: Ciudad. Espacio público abierto. Calidad y Laguna de Interlagos.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é formado por um conjunto de objetos e ações¹ que compõem o desenho urbano definido por cheios e vazios que estruturam visualmente as cidades. É nesses vazios, chamados de espaços livres públicos², que há a possibilidade do encontro, da permanência e da socialização, sendo, portanto, essenciais enquanto espaços de cidadania, de identidade e de lazer.

A definição de espaço público, oriunda do período Moderno, ainda é bastante utilizada, principalmente por aqueles que o projetam ou o gerem. A Revolução Industrial, que marcou o período Moderno, ocasionou significativas alterações para as cidades, mantendo essa disfunção até a atualidade, com uma das principais invenções: o automóvel.

A introdução do automóvel no contexto urbano alterou substancialmente o modo como as pessoas se relacionam com a cidade. Se por um lado contribuiu para deslocamentos mais rápidos, encurtando distâncias e tempo, por outro, a produção do espaço público direcionou-se para as necessidades do automóvel em detrimento das necessidades das pessoas.

Uma das maiores preocupações das sociedades atuais é garantir aos cidadãos o que é seu por direito: a cidade. Rompendo a lógica de um planejamento prático moderno, buscam criar espaços de maior qualidade tanto para seus usuários, quanto para a aparência das cidades, mediante estratégias de desenho urbano e apropriação. Essa é uma realidade que evidencia a tentativa do retorno das tomadas de decisões envolvendo a escala do homem e suas vivências na cidade.

Profissionais ligados à gestão e produção do espaço tornam-se agentes imprescindíveis nessa dinâmica de urbanização, apreciando potencialidades e abrandando ameaças que podem advir desse processo. Entende-se que espaços públicos bem planejados e projetados podem favorecer a qualidade e o bem-estar para a vida urbana e para as pessoas. Mas, como saber se um espaço livre público é bom ou não para seus usuários? Como determinar a qualidade desses espaços?

Esses questionamentos são que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa, que tem como objetivo analisar a qualidade do espaço livre público para a cidade contemporânea e seus usuários, sendo o objeto de estudo a lagoa Interlagos na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais.

A escolha da lagoa Interlagos como objeto de estudo desta pesquisa deu-se não só por ser um espaço livre público, mas, principalmente, pelo fato de ocupar uma parcela considerável do tecido urbano. A falta de informações e a significativa carência de estudos sobre sua realidade, bem como dados para a possibilidade de se desenvolverem futuras pesquisas, também foi um fator determinante para essa escolha. Além disso, Waterfronts (margens de águas) têm sido bastante visadas por planejadores do espaço, já que apresentam alto potencial como espaços públicos.

Reflexões sobre o espaço livre público por parte de especialistas que o tratam em suas disciplinas frente às dinâmicas da contemporaneidade - como os geógrafos que estudam sua formação e desenvolvimento e arquitetos que contribuem para sua criação, usos e apropriações com suas propostas e intervenções – são pertinentes, e interferem significativamente na qualidade desses espaços.

A LAGOA INTERLAGOS: PLANEJAMENTO E OS ASPECTOS HISTÓRICOS

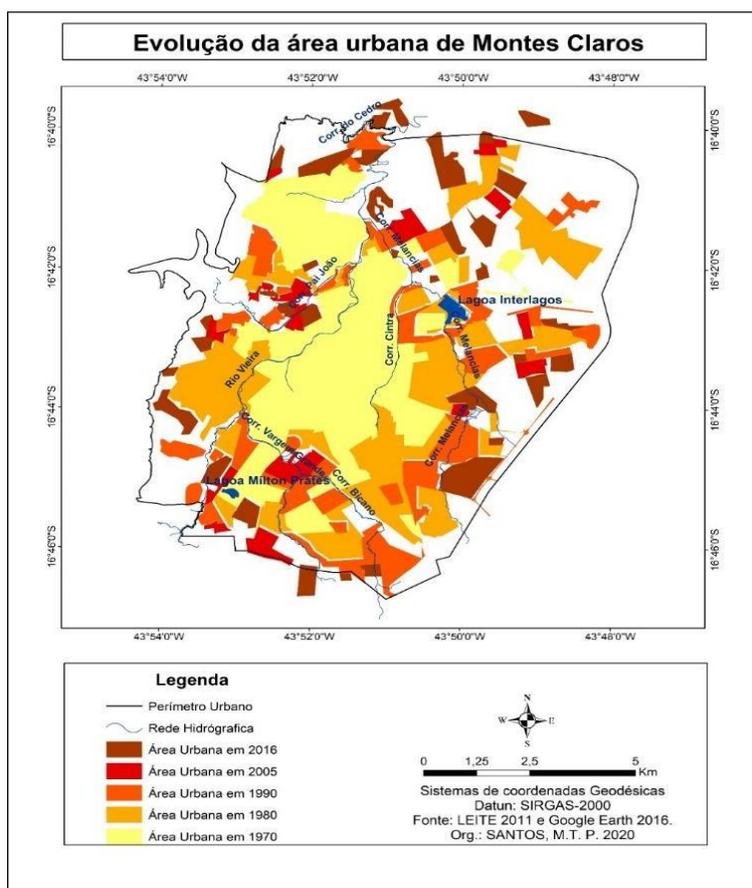
A lagoa Interlagos, também denominada pela Copasa (Companhia de Saneamento de Montes Claros) de lago Norte, foi construída no final da década de 1970, na zona Nordeste da cidade, durante o segundo mandato do Prefeito Toninho Rebelo (1977-1982),

É um represamento no córrego Melancia a montante da confluência com o córrego Cintra, seu afluente da margem esquerda. Esse enquadramento foi construído pela prefeitura, visando formar um ambiente lacustre para proporcionar conforto paisagístico, contribuir para o aumento da umidade relativa do ar, criar espaço de lazer e ocupação residencial, em torno de um espelho d'água de cerca de 18ha de superfície. (FRANÇA, 2004, p. 21)

Sua localização abrange as antigas fazendas das famílias Peres e Laje, que cederam a área para a construção do espaço público e fizeram o loteamento da região. As pessoas de baixo poder aquisitivo que residiam na região venderam suas terras por um valor mais alto e se deslocaram para outras regiões, o que comprova a presença da especulação imobiliária na cidade.

Pela evolução da malha urbana da cidade de Montes Claros, evidencia-se que, a partir da década de 1970, novas áreas foram incorporadas, mas, verifica-se que, os bairros no entorno da lagoa, ainda não haviam sido projetados. (Mapa 1).

Mapa 1: Expansão da malha urbana de Montes Claros de 1970 a 2016



Fonte: Org. SANTOS, M. T. P., 2020

Na década de 1980, o crescimento urbano foi levado em consideração na malha urbana, direcionado praticamente a todas as regiões. A região Nordeste recebeu novos loteamentos, e a orla da lagoa apresentou nova configuração. Da década de 80 para o ano 2005, novos loteamentos foram aprovados nas imediações da lagoa, configurando todo o seu entorno como parcelado.

Na época, o prefeito buscava fazer da região um espaço com lotes maiores e que possibilitasse uma arquitetura para a classe de poder aquisitivo alto. Mas, o projeto da Copasa para a expansão do esgotamento sanitário do córrego Melancias, no que tange o lago Norte, mencionava:

A área apresenta baixíssima densidade, destacando-se os locais mais perto do lago, onde se situam casas de padrão médio-alto e poucos edifícios de apartamento. Segundo informações obtidas em campo, existe intenção da prefeitura em direcionar o crescimento da cidade para esta área, tirando parte da beleza cênica proporcionada pelo lago; pretende-se induzir a ocupação da área por pessoas de nível de renda alto. Contudo, apesar das unidades de melhor padrão já existentes, o local ainda não oferece condições e atrativos para esse público desejado. O lago não consegue cumprir seu papel na atração desses moradores, já que, em épocas de seca, mostra-se assoreado e

a falta de interceptores nos córregos contribuintes que recebem o esgoto comprometem a qualidade da água. (COPASA, 1993, p. 29)

França (2004) acrescenta que, nesse período, a infraestrutura era bastante precária. As vias não eram todas asfaltadas, as calçadas estavam presentes apenas em alguns trechos, mas ainda sem meio fio e rede de água pluvial. Além do mais, havia baixa densidade demográfica e lotes vagos, “(...) o que acabava prejudicando a qualidade de vida local devido ao acúmulo de mato, lixo e animais.” (FRANÇA, 2004, p. 22)

Diante das novas propostas de planejamento urbano, as legislações criadas definiam modelos de parcelamento e zoneamentos para os espaços urbanos.

Conforme informações obtidas na Mapoteca, no Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano (SEPLAN), na Prefeitura Municipal, loteamentos que circundam a lagoa foram aprovados, em sua maioria no final da década de 70 e início da década de 80 como pode se comprovar no quadro 1. Pelo mapa 2, pode-se observar o entorno com o limite dos bairros definidos.

Quadro 1: Aprovação dos loteamentos na região da lagoa Interlagos

BAIRRO	APROVAÇÃO	PADRÃO DE LOIE
ALCIDES RABELO	1981,1989,2001	12,5 X 28 10 X 25
INTERLAGOS	2000	20 X 35
ESPLANADA	1981,1983	10 X 30 10 X 20
VILA TUPÃ	1964	12 X 25
PLANALTO	1979	15 X 30
INDEPENDÊNCIA	1982	10 X 20 12 X 20
JARAGUÁ	1981	15 X 30
GUARUJÁ	1981	15 X 35 15 X 40

Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano
Organização própria (2019)

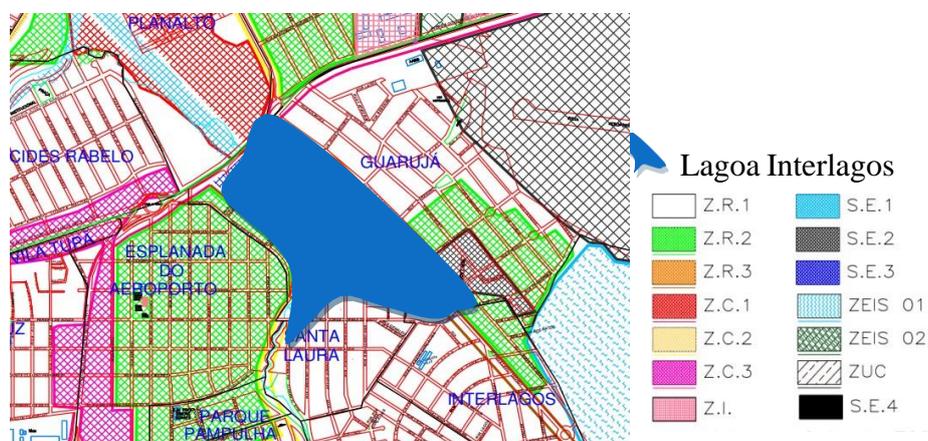
Mapa 2: Bairros ao entorno da Lagoa Interlagos



Fonte: Org. SANTOS, M. T. P., 2020

A respeito da legislação, o mapa 2 evidencia que os bairros se enquadram na LEI Nº 3.720, DE 09 DE MAIO DE 2.007, no modelo de parcelamento 01 (MP1). Esse modelo permite lotes de até 125m², sendo 5 de frente. Apesar de ser uma medida mínima, há um contraste com o tamanho dos lotes aprovados no parcelamento, principalmente no Bairro Guarujá. Ao se classificarem os loteamentos nesse modelo, fica evidente que as intenções iniciais de Toninho Rebelo não se concretizaram. Veja figura 1 a seguir.

Figura 1: Zoneamento do entorno da Lagoa



Fonte: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/infraestrutura/mapas.htm> – Organização própria, 2020

Pode-se, assim, concluir que a maior parte do entorno da lagoa está em zona residencial, o que restringe alguns tipos de serviços, comércios e gabaritos mais altos, sendo permitida altura máxima de 9m. 3

Com relação à ocupação e melhorias no espaço, as vistas aéreas na figura 6, que compreende um período que vai de 2002 a 2015, indicam poucas transformações significativas.

A falta de recursos e interesse para o espaço faz-se visível, o que mostra o enfraquecimento do poder público. Conforme informações de um dos integrantes do grupo “Amigos da lagoa”, não há verba fixa para sua manutenção, nem verbas para sua melhoria. Muito pelo contrário, alguns projetos já foram destinados para o local, mas nunca se concretizaram. Um deles foi apresentado na gestão do prefeito Athos Avelino, que aconteceu de 2004 a 2008. O projeto previa usos como bares e casa de festas, e pretendia dar uma nova aparência ao lugar. Mas as intenções não saíram do papel. Esse projeto, inclusive, incentivou a abertura de novas casas de festas e mudou, ainda que muito pouco, a aparência de uma pequena extensão da lagoa.

ALGUNS CRITÉRIOS DE MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE NO/DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO

Por mobilidade pode-se entender a “possibilidade de locomoção das pessoas no território e acesso ao espaço urbano e aos equipamentos desejados com facilidade e segurança” (GELPI KALIL, p.89, 2016), isto é, a “[...] capacidade das pessoas se deslocarem de um lugar ao outro para realizar suas atividades de forma confortável, segura e em tempo hábil, independentemente do tipo de veículo utilizado” (Idem).

Essa definição de mobilidade engloba o conceito de acessibilidade, uma vez que, como pondera a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por meio da NBR 9050, de 2015, compreende-se como acessibilidade a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transporte [...]” (ABNT - NBR 9050, p.2, 2015).

Essa perspectiva também de qualidade se conduz ao entendimento de que para uma verdadeira efetivação da mobilidade, em cuja centralidade deve estar a acessibilidade universal, deve-se buscar a humanização dos espaços. A iniciativa deve ocorrer não somente por meio de sua materialidade presente na infraestrutura, nos meios de deslocamento e nos modais utilizados, como também nos fatores psicológicos, ambientais e sociais, proporcionando ao usuário conforto, segurança e bem-estar, em relação ao espaço usado.

Analisando a mobilidade, acessibilidade e qualidade do espaço em tela, sob as premissas acima mencionadas, verificou-se que as vias do entorno e o contorno da orla da lagoa possuem, na maior parte de sua extensão, condições precárias ou desfavoráveis à acessibilidade. A dificuldade de deslocamento atinge não somente às pessoas com mobilidade reduzidas, como também àquelas com todas as suas faculdades de movimento. A não uniformidade dos trajetos, presença constante de obstáculos e a falta de sinalização adequada dificultam, sobremaneira, a circulação dos pedestres no local.

Na maior parte dos trechos, principalmente no espaço de permanência, a calçada existente não segue a legislação Municipal 3.745, que dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas do município de Montes Claros. Além do mais, as espécies arbóreas, embora propiciem sombreamento, não são adequadas para plantio em calçadas devido à dimensão de suas raízes.

Na figura 2, lugar principal de convivência, é possível perceber como as calçadas são obstruídas pelas árvores, suas raízes e lixeiras mal posicionadas.

Figura 2: Árvores na calçada



Fonte: Autoria própria (2019)

Outro fator desfavorável é a descontinuidade das calçadas e obstáculos em alguns trechos - como a presença de vegetação que cresce espontaneamente no entorno da lagoa - e pisos em mau estado de conservação ou até mesmo inexistentes. Os usuários se veem, amiúde, expostos ao perigo do tráfego de veículos, tendo que fazer o percurso pela via de veículos. (Figura. 3)

Figura 3: Vegetação ocupando a calçada



Fonte: A autoria própria (2019)

Quanto aos portadores de necessidades especiais (PNE), esses são os mais prejudicados. Além dos fatores já mencionados, depara-se com a falta de dispositivos de acessibilidade como rampas, pisos táteis adequados ou bem-sinalizados, como mostra a figura 4.

Figura 4: Piso tátil e obstáculos



Fonte: A autoria própria (2019)

Jacobs (2009) oponta que é nas calçadas que existe a socialização, o contato com quem não se conhece, criando-se uma rede de interações humanas que caracteriza, de modo saudável, o espaço urbano. Ainda segundo a autora, se os deslocamentos realizados por pedestres não acontecem, prejudica-se a interação humana e, desta forma, abre-se precedentes para que eventos negativos venham se suceder nos espaços ociosos. Ao contrário, se há diversidade e vida nos espaços livres públicos, os bairros se tornam saudáveis e as cidades mais inclusivas.

REFLETINDO SOBRE OS USOS E A QUALIDADE DA LAGOA DE INTERLAGOS EM MONTES CLAROS – MG

Silva e Elali (2015, p. 432), ponderam que “ambientes que não oferecem o suporte necessário às atividades cotidianas afetam negativamente o bem-estar objetivo e subjetivo de seus usuários”. Isso se deve ao fato de que quando o usuário possui autonomia para poder utilizar os espaços de forma a usufruir dos elementos nele dispostos, gera-se a sensação de bem-estar. Não somente os fatores externos influenciam, mas também o reconhecimento daquele local como lugar para uso pleno de suas faculdades, em relação aos elementos plásticos e estéticos oferecidos.

Essa relação possibilita sua apreciação e/ou interação de forma agradável, donde é proveniente a apazibilidade, cujos autores mencionados definem “estímulos estéticos que remetem à beleza cênica, como esculturas, paisagismo, chafariz, estado geral de limpeza, manutenção e conservação das praças e seus equipamentos” (SILVA; ELALI, 2015, p. 432).

Sob esse critério o que se pode observar é que, apesar da inexistência de elementos estéticos de caráter artístico e/ou afins, de acordo com os entrevistados e por própria experimentação, a lagoa, como elemento natural, cria a ideia de apazibilidade.

Pelas observações nos usuários, o microclima local, sobretudo no final da tarde, proporciona efeitos fisiológicos de amenização térmica, gerando um “frescor”, como disseram alguns, propiciando a contemplação (FIG. 3).

Figura 5: Árvore como proteção e conforto



Fonte: Autoria própria (2020)

Há presença de árvores em parte considerável da extensão da lagoa, nas calçadas dos dois lados da via, proporcionando sombra frequente e configurando a imagem do lugar. Elas

são elementos fulcrais para o espaço público, tendo em vista os benefícios ecológicos, sociais e estéticos que podem proporcionar.

Constatou-se que os usuários se apropriam de espaços de maior paisagismo para exercer suas atividades, as mais diversas, como pescar, contemplar, conversar etc, A figura 6 mostra uma família em um momento de intimidade.

Figura 6: Árvore como ambiente agradável



Fonte: Autoria própria (2020)

A apazibilidade do espaço livre público liga-se à ideia de fazer cidades para pessoas. Para isso, é necessário entender que as dimensões das vias bem como a proporção dos edifícios devem favorecer a escala humana. Para Gehl (2015), as ruas estreitas e espaços pequenos facilitam ver os edifícios ao redor e as pessoas com mais detalhes. Isso significa maior interação entre as pessoas que se apropriam do espaço, criando relações e estabelecendo vínculos.

Vias muito amplas, prédios muito altos e ausência de detalhes tornam o ambiente mais frio e hostil, acarretando na ausência ou presença escassa de pessoas. Gehl (2015) explica:

Essa situação Urbana é muitas vezes percebida como impessoal, formal e fria. Em locais onde áreas construídas são em larga escala e espalhadas, não há, em geral, muito que experimentar. Para os sentidos mais ligados a sensações intensas e forte, não há absolutamente nada. (GEHL, 2015, p.53).

Considerando-se esses parâmetros, o espaço estudado, devido a suas dimensões, apresenta longas distâncias, mas permite a visão de diversos pontos e maior proximidade dos usuários, principalmente no espaço destinado às atividades.

A lei de uso e ocupação do solo, citada na seção anterior, ao determinar a baixa altura dos edifícios, contribui para essa situação. Também a lei 3.720 de parcelamento do solo urbano. Ao definir ruas mais estreitas, possibilitou maior interação e proximidade no espaço.

Outro fator também já comentado são as atividades que acontecem no térreo devido às fachadas atraentes, que possibilitam a integração e permitem maior socialização.

Gehl (2015) afirma:

Para que as cidades funcionem e convidem as pessoas a usufruí-las, sob todas as circunstâncias, os aspectos físicos, práticos e psicológicos devem ser bem tratados e, depois, melhorados através do seu trabalho em suas qualidades visuais. (GEHL, 2015, p.181).

No que se referem ao projeto, as propostas posteriores à década de 1970 não se efetivaram, com exceção daquela em parceria entre o Supermercado BH e o poder público.

A DIVERSIDADE DE USOS E SUAS QUALIDADES

Jacobs (2009) considera que a diversidade de usos deve estar presente nas cidades, já que, tanto elas como os cidadãos não são homogêneos, o que promove a dinâmica social do espaço público, de forma a torná-lo ainda mais vívido.

As atividades e usos são elementos que sustentam a construção do lugar vivo e ativo, possibilitando o retorno por parte dos usuários, pelas atividades oferecidas. A diversidade das atividades é crucial para que haja movimento ao longo de todo o dia, favorecendo o uso por diferentes idades e gêneros. A falta de atividades atrativas deixará o espaço vazio e sem significado, contrariando o conceito de espaço público.

Gehl (2015) acredita que:

“O planejamento físico pode influenciar imensamente o padrão de uso em regiões e áreas urbanas específicas. O fato de as pessoas serem atraídas para caminhar e permanecer no espaço da cidade é muito mais uma questão de se trabalhar cuidadosamente com a dimensão humana e lançar um convite tentador.” (GEHL, 2015, p. 17).

Levando-se em consideração os critérios de diversidade de usos aplicados à lagoa, constata-se que a toda a sua amplitude é possível de ser acessada a pé. Isso, mesmo com a ausência ou a ineficiência de dispositivos de acessibilidade já mencionadas. Portanto, uma das atividades possíveis é a caminhada.

Ainda com os problemas da insegurança, a caminhada é uma prática presente. Pessoas caminham durante o dia dando a volta boa parte da sua extensão. As condições não são boas,

mas não impedem a atividade, sendo um momento até mesmo de lazer entre membros da família. (FIG. 7).

Figura 7: Caminhada na orla da lagoa



Fonte: Autoria própria (2019)

A atividade acontece junto com outras atividades, seja na rua, seja no espaço de estar. Em conversas informais, usuários informaram que uma academia ao ar livre havia sido instalada no local. Estava em boa localização e as pessoas gostavam de usá-la. Foi uma intervenção muito bem-vista pelos usuários. (FIG.8)

Figura 8: Academia ao ar livre com significativa presença de usuários



Fonte: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2014/ago14/not_04_08_14_25_13.php

Além desses usos, há também apresentação de shows, festas de carnaval, sendo ponto de manifestações culturais importantes para a cidade. Nos últimos anos, tem sido usado também para celebração do réveillon com queima de fogos artificiais, o que atrai uma significativa quantidade de pessoas para o local (FIGURA 9).

Figura 9: Comemoração do Réveillon na Lagoa



Fonte: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2020/01/01/reveillon-em-montes-claros-teve-11-minutos-de-queima-de-fogos-e-reuniu-10-mil-pessoas.ghtml>

Quanto ao critério mobilidade e acessibilidade, o espaço, de modo geral, não se encontra acessível à população, uma vez que foram encontradas condições inadequadas de acessos e presença de obstáculos, dificultando o deslocamento de pedestres. A confirmação dessa realidade se deu durante as visitas de campo: em nenhum momento viu-se portadores de necessidades especiais, pessoas com dificuldade de locomoção ou idosos.

No que concerne ao critério proteção, apesar da boa iluminação noturna, foi possível identificar pontos negativos. Esses pontos encontram-se associados à sensação de insegurança, tanto de dia como à noite, devido ao descuido com a limpeza e manutenção da lagoa e suas imediações. A presença de lotes vagos e sua poluição contribuem, sobremaneira, para o aumento dessa sensação. Verifica-se que esses pontos contrariam as expectativas dos usuários e favorecem o uso desqualificado do espaço.

Sob o aspecto de conforto, o espaço não oferece quaisquer condições de permanência, salvo próximo ao Supermercado BH como já mencionado, com a presença de alguns bancos apenas.

Outro ponto forte, diz respeito ao critério apazibilidade. Ela acontece pela presença de elementos naturais, como a vegetação e a água da lagoa, conferindo aos usuários a sensação de bem-estar por meio de uma ambiência agradável. Mas, ainda assim, o espaço oferece poucas experiências sensoriais positivas por causa de outros problemas já citados.

No que tange à possibilidade de exercer atividades, o lugar é totalmente desprovido de equipamentos e acrescentam-se as questões pontuadas como falta de segurança, falta de infraestrutura, acessibilidade etc.

Para além dos aspectos materiais, a utilidade dada ao local pelos diversos usuários aponta a potencialidade dinamizadora da lagoa Interlagos que, inclusive, mesmo apresentando

usuários distintos que, por princípios morais se distanciam, os aproxima por meio do usufruto de um espaço comum.

Contudo, mesmo sob essas condições, os aspectos naturais da lagoa, associados ao seu caráter público, parecem sobrepujar os aspectos negativos e, ainda assim, efetivam sentimentos de topofilia com o lugar. Mas usuários clamam por melhorias, o que reforça a ideia de que os espaços públicos são importantes para as cidades e para as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a área de estudo, adianta-se que a situação em que se encontra é resultante das condições em que foi criada. O modelo progressista de planejamento, definido na época como diretriz para a urbanização montes-clarense pretendia crescimento e valorização urbanos que desconsideravam as dinâmicas sociais e culturais, resultando, muitas vezes, em prejuízo para os espaços públicos.

A lagoa Interlagos foi criada, portanto, em uma época em que os espaços livres públicos privilegiavam a eficiência das trocas e das relações comerciais, com a valorização do automóvel. Ficou claro que a intenção não foi a criação de um espaço para consolidação das relações sociais, mas, sim, um meio para que as diretrizes do planejamento moderno pudessem ser concretizadas.

Sua vocação como espaço livre público deixou de existir devido a um conjunto de elementos que se originou desse modelo vazio de planejamento, como a especulação imobiliária, que proliferaram enclaves por toda a cidade de Montes Claros, afetando profundamente a essência de seus espaços públicos.

Os usos e apropriações desses espaços, na contemporaneidade, são resultantes, portanto, de uma ordem capitalista que afeta diretamente a produção espacial, por acompanhar a especulação imobiliária e definir onde e o quanto poderá ser investido. Deste modo, a fragilização do poder público pode estar vinculada à desvalorização de tudo aquilo que não é privado.

A modernidade e o capitalismo, embora pertencentes à escala mundial, impeliram fortemente sobre o espaço urbano montes-clarense, estabelecendo uma realidade, na qual, a insegurança cotidiana e a segregação socioeconômica espacial se impuseram sobre o domínio público.

Logo, a associação da produção do espaço da lagoa à ideia de modernidade favoreceu não somente a delimitação da temática, como permitiu entender a crise que interferiu na estrutura física urbana e, principalmente, nas relações entre as pessoas e o espaço habitado.

Diante disso, optou-se por analisar aspectos sociais que os precedem: a presença de corpos que habitam o espaço urbano. Para que essa presença seja efetiva, faz-se necessário um espaço que ofereça condições apropriadas para sua apropriação, isto é, que apresente qualidade, oferecendo condições para a produção e reprodução das manifestações humanas.

Tratar a qualidade do espaço público é, portanto, tratar da capacidade de atrair e estimular seus usuários a permanecerem, principalmente pelos benefícios que ele oferece; não só físicos como também sociais, que, muitas vezes, nem são, conscientemente, assentidos pelos usuários.

Percebe-se que, cada vez mais, existem políticas voltadas para a requalificação das cidades através de seus espaços públicos, e a abordagem passa de interdisciplinar a integrada. Para isso, é importante a conscientização da participação da população, com suas vivências e experiências, para que desfrutem dos benefícios de maneira democrática.

Isso se fez evidente diante dos modos de apropriações presentes na lagoa. Ainda que o espaço não seja qualificado, como constatado, os usuários se apropriam como podem, com suas táticas subversivas, conferindo-lhe a ideia de lugar. Suas falas também mostram que a lagoa é um espaço de grande potencial, afinal, dirigem-se até ela, mesmo residindo a grandes distâncias. Apontam o que gostariam e como, para que possam efetivamente exercer suas práticas de apropriação. Há de se compreender que o espaço público ainda é importante como elemento constituinte do tecido urbano, além de alicerçar a vida nas e das cidades.

Constata-se, portanto, que essa pesquisa está longe de um fim sobre o assunto. A produção do espaço público pode ser analisada por diversos pontos de vista e seus resultados apontam para algo mais importante: a urgência de atenção para as tipologias arquitetônicas produzidas como modo de vitalidade urbana ainda presente no universo do planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

COPASA. Relatório de Controle ambiental: projeto de expansão do sistema de esgotos sanitários da bacia do córrego Malancias. Montes Claros/MG, 1993.

-----, Lagoa Interlagos: qualidade ambiental e adensamento urbano. Relatório apresentado à Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. 2004

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GELPI, Adriana; KALIL, Rosa M. L. **A cidade comentada**: expressões urbanas e glossário em urbanismo. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Lei nº 3.720, de 09 de maio de 2.007. dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e loteamentos fechados no município de montes claros.

Lei 3745/07 - Dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas doMunicípio de Montes Claros.

Lei 4198/09 - Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de montes claros e dá outras providências.

SILVA, Eduardo A. R.; ELALI, Gleice A. O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 10(2), São João del-Rei, julho/dezembro 2015.

Artigo recebido em: 05 de janeiro de 2022.

Artigo aceito em: 30 de agosto de 2022.

Artigo publicado em: 27 de setembro de 2022.